



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 20/2008 -----

-----Aos dois dias do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Elsa Maria Lopes Correia, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 1 de Setembro, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **325.177,86 € (Trezentos e vinte e cinco mil, cento e setenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DA SR.ª. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

-----2.1.1 – INICIO DO NOVO ANO LECTIVO 2008/2009-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho começou por questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre como é que estão a decorrer os preparativos para o início do novo ano lectivo 2008/2009, nomeadamente no que diz respeito à contratação de professores para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular, manifestando o seu protesto pelo facto de se ter apercebido que “os Agrupamentos de Escolas, na observância do Despacho da Sra. Ministra, acabaram por não dar o protagonismo, que até agora têm tido, às actividades com Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, uma vez que o Inglês veio ocupar um lugar que anteriormente não existia no 1º e 2º anos o que, necessariamente, teve que implicar uma alteração do preenchimento dos tempos ocupados e, a meu ver, em prejuízo de todos, pelo que não consigo conceber, ainda que admirando a capacidade que as crianças têm de apreensão na aprendizagem do alfabeto Português, que estejam já a fazer a iniciação do Inglês, o que será difícil tarefa para os



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

professores e que gerará alguma confusão nos alunos. Parece-me que realmente a Câmara fez uma aposta certa no sentido de dotar as escolas de computadores individuais e de quadros interactivos, um investimento que tem vindo a ser rentabilizado, e que neste momento em face desta circunstância, que é superior, dado tratar-se de um directiva do Ministério, vem condicionar o uso desse tipo de equipamentos e retirar rentabilidade a esses elementos que estavam à disposição dos alunos.” Prosseguiu, referindo que, no que diz respeito ao Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, pretende saber essencialmente o que é que está pensado, se há ou não algum contratempo uma vez que o início das aulas está programado para o próximo dia 12 de Setembro. ---

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que tudo está a ser feito para que o início do próximo ano lectivo se processe dentro da maior normalidade, sem registo de qualquer tipo de casos. Disse ainda que “já foram aqui referidos, em reuniões anteriores, os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos pela autarquia no sentido de que as escolas, todas elas, estejam em condições de permitir a abertura do novo ano lectivo”. Mais referiu que “temos um único problema, que espero brevemente resolver, relacionado com o encerramento da Escola do 1º CEB de Casal de Abade. Sendo que a escola de Casal de Abade só pode ser encerrada quando existir uma alternativa em Lourosa, nomeadamente para os alunos do Pré-escolar”, está a ser elaborado um projecto para a construção de mais uma sala de aula para os alunos do Pré-escolar, permitindo assim que os alunos do 1º CEB de Casal de Abade possam ser transferidos para o edifício já existente naquela escola. No que concerne ao desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular referiu-se ao Despacho do Ministério da Educação, salientando que “na sua opinião, é efectivamente um Despacho discriminatório, na medida em que, a atribuição do financiamento do Estado ao enriquecimento curricular é feito em função daquilo que se oferece em termos de componentes lectivas, nos termos definidos, expressando a opinião de que a comparticipação deveria ser a mesma, independentemente do tipo de actividades que se proporcionem aos alunos”. -----

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes tomando uso da palavra esclareceu também que, o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, para os alunos do 1º, 2º e 3º Ano da EB1 de Oliveira do Hospital, e considerando o investimento assumido pela Câmara Municipal no ano lectivo transacto em equipamento informático, para além do inglês, da música e da actividade física, vai proporcionar mais uma hora de Tecnologias de Informação e Comunicação, que conseguiu enquadrar no horário dos alunos e que será assumida integralmente pela autarquia. Disse ainda que os restantes alunos do Agrupamento irão preencher essa hora com aulas de expressão dramática. ----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou a Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes sobre se, para além das actividades de TIC, nas Actividades de Enriquecimento Curricular, nos currículos ditos “normais” da escola, não existem actividades ligadas à computação e à informática em que os quadros interactivos e os computadores possam ser utilizados, ao que aquela responsável respondeu que os Professores, na sua prática diária, podem e devem socorrer-se desse equipamento.

-----**2.1.2 – CRIAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho, tendo em consideração todos os passos que já foram dados no sentido da criação do Centro Escolar de Oliveira do Hospital, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre para quando é que está previsto o inicio das obras e bem assim sobre que medidas estão a ser tomadas no sentido de evitar que os alunos não sejam perturbados com a realização das obras que vão ser implementadas no quotidiano escolar do 1º CEB de Oliveira do Hospital e se há medidas de base para permitir que as crianças continuem a aceder ao espaço exterior de recreio, salientando que “são sacrifícios que têm de se fazer para que a ampliação daquela estrutura se venha



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

a verificar, mas que naturalmente vai criar alguns constrangimentos que terão de ser bem pensados no sentido de serem minimizados e adequados à existência do ambiente escolar no seio da obra.” ---

-----Ainda sobre este assunto e tomando uso da palavra, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte: -----

-----“Já aqui foi referida a intervenção na Escola do 1º CEB de Oliveira do Hospital mais Jardim-de-infância, o agora dito Centro Escolar de Oliveira do Hospital. Já aprovámos aqui o projecto de requalificação daquela escola, que ascende, se bem me recorda, a 542.000,00 € (quinhentos e quarenta e dois mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Já fomos informados de que a requalificação daquela escola será co-financiada em 70% pelo Programa Operacional da Região Centro. Quanto à intervenção física no edifício para a sua requalificação é sabido, e isso já foi aqui de alguma forma tratado, que o edifício dispõe de uma cobertura em fibrocimento, um material que contém amianto. Tem sido amplamente noticiado e debatido publicamente que há uma elevada percentagem de escolas do 1º Ciclo com amianto nas suas coberturas, conhecendo-se a perigosidade associada ao amianto, nomeadamente as suas características e potencial cancerígeno, questiono o Sr. Presidente da Câmara sobre se dado que se vai proceder à ampliação do edifício, se vai manter a cobertura existente em amianto ou se vai ser alterada. Recordo que na Carta Educativa a aposta na qualidade era a expressão mais repetida, em que se insistia página a página, e como é que vai ser a qualidade da requalificação daquele edifício escolar. Se bem me recorda “requalifica-se para melhorar e para ultrapassar debilidades”, daí querer conhecer a natureza da intervenção que vai ser feita, particularmente no que diz respeito à cobertura. Naturalmente que não quero, com esta intervenção, promover qualquer forma de alarmismo, desejo apenas e tão só melhorias significativas no edifício nas suas condições de uso para que possa servir as crianças que lá estudam. Já que não se construiu uma Escola Pólo nova, um novo Centro Educativo, moderno, faço votos para que a requalificação a fazer seja verdadeiramente de excelência. Insisto, “requalifica-se para melhorar e para ultrapassar debilidades”. Ainda sobre a ampliação da escola mais referiu que “a Dra. Maria José de alguma forma já tocou este tema reforço e insisto, para quando é que está previsto o início da obra e será que o seu decurso irá coincidir com o início do ano lectivo e com os constrangimentos que isso originará para as crianças, para os professores e auxiliares e bem assim para os seus familiares e como é que serão coordenadas as questões de segurança em fase da obra, acho que deve haver uma especial atenção nesta questão, em questões de segurança nomeadamente dos alunos e professores em fase de obra. Era importante que estas matérias fossem clarificadas e que o Sr. Presidente da Câmara nos desse algumas explicações/ esclarecimentos sobre este tema”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que “é evidente que qualquer intervenção ao nível de obras tem sempre repercussões negativas no funcionamento do sistema, e neste caso das aulas. Sabemos que há sempre determinado tipo de barulhos que decorrem da realização de obras e que por isso criam perturbação. Agora, é evidente que não há condições objectivas para que uma obra daquela natureza possa ser desenvolvida só e apenas no período não lectivo”. Esclareceu ainda que “aquilo que se pretende fazer é avançar com a obra, isolando completamente o espaço de intervenção para que os alunos não possam nele circular ou daí decorra algum risco pela sua passagem na proximidade”. Lembrou também que, no âmbito da realização de obras públicas, é obrigatória a apresentação de Planos de Segurança e que o próprio Município tem já um Técnico especializado nessa área, responsável pela avaliação e acompanhamento das obras, pelo que, no seu entender não vão existir problemas. Quanto à cobertura do edifício referiu que “a percentagem de amianto que contém o fibrocimento é mínima e não é lesiva para a saúde”, lembrando a existência de outros equipamentos com coberturas em fibrocimento, tais como o Centro de Saúde e as restantes escolas da cidade. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco lembrou que o que está em causa é a requalificação de um edifício escolar, pelo que pretende saber o que é que vais ser feito em relação à cobertura existente, referindo que “os projectos se podem alterar em fase de obra, pelo que deve ficar o compromisso que aquela cobertura irá ser substituída”.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que “o projecto elaborado para a ampliação do edifício em causa não considera a substituição da cobertura do espaço já existente, o que não quer dizer que essa hipótese não venha a ser equacionada”, garantindo que “o novo espaço não incluirá fibrocimento, até porque se trata de um material que actualmente já não se fabrica”. Quanto à previsão do início da obra referiu que, ainda está a decorrer o procedimento administrativo conducente à adjudicação, para que, posteriormente, se possa elaborar o auto de consignação e dar início aos trabalhos, pelo que não pode, no momento, apontar uma data em concreto, referindo que tudo foi feito de forma a que a intervenção esteja concluída antes do início do próximo lectivo 2009/10.-----

-----**2.1.3 – TRÂNSITO NOS DOIS SENTIDOS**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho alertou para o facto de, em face das obras de requalificação do Largo Ribeiro do Amaral, ter sido permitida a circulação, nos dois sentidos de trânsito, no arruamento situado entre o fundo do jardim e o adro da Igreja Matriz, tendo sido colocada uma placa indicativa dessa situação para quem circula na Rua 5 de Outubro, enquanto que, para quem circula no sentido ascendente da Câmara Municipal em direcção ao jardim, encontra uma placa de sinalização que não permite virar à esquerda, situação que considera ser contraditória, sugerindo que a mesma seja tapada ou substituída, enquanto as obras permanecerem e assim se justificar.-----

-----**2.1.4 – NOVA LEI ORGÂNICA DOS TRIBUNAIS**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho chamou à atenção da Câmara Municipal para o facto de, no passado dia 28 de Agosto, ter sido publicada a nova Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, salientando que, após uma leitura muito breve que efectuou à mesma, verificou que não foi dado qualquer acolhimento à pretensão manifestada oportunamente pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, em relação à Circunscrição da Comarca de Oliveira do Hospital. Mais referiu que “considerando que a Circunscrição Serra da Estrela continua a contemplar a Comarca de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres, e Oliveira do Hospital ter sido incluído no Baixo Mondego Interior, seria de todo conveniente que os membros deste órgão se debruçassem sobre o referido Diploma para que depois pudéssemos analisar e tomarmos uma posição, uma vez que, pese embora a aprovação, a aplicabilidade do mesmo vai ser experimental durante três anos, e portanto, a partir de 2011 é que as consequências se farão sentir na nossa Comarca. Por isso, julgo que até lá, poderemos continuar a ter esperança e pensar numa solução que possa ser mais justa para a Comarca e para todos os cidadãos que se dirigem ao Tribunal de Oliveira do Hospital”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que, embora tenha conhecimento do referido Diploma, ainda não teve oportunidade de o analisar, propondo às Sras. Vereadoras Maria José Freixinho e Elsa Correia, dado serem pessoas que têm formação e exercem actividade na área, a elaboração de um documento que, posteriormente, possa ser apresentado e aprovado como uma posição do executivo em relação a esta matéria, sugerindo a audição do representante da Ordem dos Advogados no concelho de Oliveira do Hospital. Concluiu referindo que “numa perspectiva sempre pedagógica e construtiva, vamos naturalmente pugnar por aquilo que entendemos serem os nossos direitos enquanto cidadãos”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA -----

-----2.2.1 – ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se ao concurso para recrutamento de professores para as diversas áreas a leccionar no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, lembrando que o prazo estipulado (5dias úteis) para a formalização de candidaturas por parte dos docentes, no seu entender, é muito curto.-----

-----Ainda sobre este assunto e tomando uso da palavra, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “embora seja um tema que de alguma forma já foi tratado aqui na última reunião, verifiquei que estava a decorrer o processo de contratação dos Professores para as Actividades de Enriquecimento Curricular. Neste sentido requeria ao Sr. Presidente da Câmara informação esclarecedora sobre o processo de recrutamento e selecção dos professores, em especial as formas de divulgação do concurso, órgãos de comunicação social e outros locais, a listagem dos horários a concurso por disciplinas e número de horas, os candidatos concorrentes e admitidos e bem assim os candidatos seleccionados e eventualmente já contratados. Portanto, requeria toda a informação relativamente a este processo.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que a Câmara Municipal só pode avançar com a abertura de concurso para preenchimento das vagas existentes no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, a partir do momento que tem conhecimento dos horários propostos pelos Agrupamentos de Escolas para o novo ano lectivo, lembrando que o prazo estipulado tem sido suficiente para o efeito e que, não é pelo facto de serem dados apenas 5 dias para a formalização de candidaturas que não há candidatos, até porque, actualmente os concursos, para além de serem divulgados nos jornais, também o são na página Internet do Município. Concluiu solicitando ao Sr. Director do Departamento da Administração Geral e Finanças que prepare todos os documentos que foram solicitados pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo a fim de lhe facultar toda a informação ora pedida, sublinhando que, no seu entender, tudo é claro e suficientemente transparente relativamente a esta matéria.-----

-----2.2.2 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida também se referiu à publicação em Diário da República do D.L nº. 144/2008, de 28 de Julho, referente à transferência de competências para os Municípios em matéria de educação, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que informe o executivo, sobre o que é que está a fazer para assumir as responsabilidades atribuídas no âmbito deste diploma.-----

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de um assunto que já foi analisado pelo executivo em que, como é do conhecimento dos Srs. Vereadores não há acordo por parte da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, não só no que diz respeito às transferências, como também aos montantes financeiros a envolver relacionados com as competências que o Governo quer transferir para as autarquias, dando conhecimento de uma informação/ posição do Sr. Vice-Presidente da ANMP sobre o assunto, e a qual leu na íntegra. Concluiu sublinhando que “a partir do momento que existe uma associação que defende o interesse geral das autarquias do país; e que a mesma entende que aquilo que é proposto não reúne as condições para ser considerado pelos Municípios; então é isso que eu devo ter em atenção, e é isso que naturalmente irei ter em atenção”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “se a ANMP está disposta a negociar com o Governo, há condições para obter um acordo”.-----

2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

-----2.3.1 – VOTO DE PESAR APROVADO EM REUNIÃO DE 19 DE AGOSTO DE 2008

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo começou por associar-se ao Voto de Pesar, aprovado pela Câmara Municipal em reunião de 19 de Agosto de 2008, pelo falecimento do Sr. Coronel Alberto Jorge Amaral, sublinhando que “o valor e as qualidades do Coronel a tal me obrigam, e mais que a amizade pessoal, importa enaltecer a figura cívica, o homem público e o exemplo que deixou, nomeadamente no que diz respeito ao seu empenhamento na vida política do concelho e do país. Como já disse, a vida política e cívica do concelho de Oliveira do Hospital e do próprio país fica sem dúvida mais pobre com a sua prematura partida”.-----

-----2.3.2 – EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO E RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA E.M. 504 ENTRE LAGARES DA BEIRA/ LIMITE DO CONCELHO – BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA E.M. 504-2 ENTRE A E.M. 504 E A POVOAÇÃO DE MERUGE-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se às obras de beneficiação da estrada em epígrafe, alertando para o facto de se verificar uma grande confusão nas vias de entrada na Vila de Lagares da Beira, no que diz respeito ao domínio do trânsito e da circulação dos automobilistas. Mais referiu que “acho que a obra precisa de mais sinalização, melhorando assim essa informação aos automobilistas”. Sublinhou ainda que “se a via está cortada, as pessoas precisam de saber antecipadamente dessa situação através de sinalização que indique o percurso alternativo em uso naquele momento de forma a evitar confusão na circulação automóvel”. Disse ainda entender que “a Câmara Municipal na qualidade de dona da obra deve tomar medidas e no mínimo deve alertar a empresa executora para esta situação”. Concluiu referindo que “aquilo que se tem passado ultimamente, e tenho recebido várias queixas, que se repetem, obriga obviamente a melhorar as condições de execução daquela obra.”-----

-----2.3.3 – SUBSIDIO ATRIBUÍDO À JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, EM REUNIÃO DE 19/08/2008-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte:
-----“Pela acta da última reunião verifiquei também que foi atribuído à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital um subsídio no valor de 2.800,00 € (Dois mil e oitocentos euros) como comparticipação nas despesas tidas com a realização de actividades no âmbito da 4ª Semana da Juventude e com os Nadadores-Salvadores a prestarem serviço nas Piscinas Municipais durante os meses de Julho, Agosto e Setembro do corrente ano. Gostava de obter esclarecimentos, porque é que este subsídio foi atribuído à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, uma vez que as actividades desenvolvidas no âmbito da Semana da Juventude foram organizadas e promovidas pela Câmara Municipal e, que eu saiba, os nadadores salvadores são contratados pelo Município de Oliveira do Hospital, as Piscinas Municipais são também geridas pela Câmara Municipal, daí que não perceba esta duplicação ou confusão de responsabilidades entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Portanto, gostava de saber quem faz o quê na gestão destes espaços públicos e na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

promoção destas actividades, porque acho que tem todo o interesse que esclareçamos esta matéria e particularmente a atribuição deste subsídio”. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente esclareceu que o subsídio atribuído visou o financiamento de despesas pagas pela Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital no âmbito das actividades referidas pelo Sr. Vereador e que na sua atribuição estiveram presentes razões de proximidade e simplificação burocrática.-----

-----**2.3.4 – CONSEQUÊNCIAS VISÍVEIS E PRÁTICAS DO PROGRAMA EMPREENDER +**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:

-----“É um programa que de alguma forma foi proposto em 2005 e criado em 2007. Foram premiados dois projectos, um com 15.000 euros, outro com 10.000 euros, fez-se a devida promoção ao programa através de uma conferência de imprensa, no dia do Feriado Municipal, pelo que era importante saber quais são os resultados desses dois projectos premiados. O que é que resultou dos mesmos, pois da parte que me toca não sei se os mesmos tiveram ou não evolução, se os montantes dos prémios já foram integralmente pagos, ou se os projectos estão em fase de desenvolvimento. No que diz respeito ao programa “**OLIVEIRA FINICIA – INVISTA +**”, o Sr. Vereador Albano Almeida já tocou nesta questão na última reunião de executivo, parece que não teve nenhum desenvolvimento uma vez que não há projectos candidatos. Relativamente a um e a outro projecto eu continuo a entender que é de fundamental importância a instalação da incubadora ou do ninho de empresas. Em 2005 fiz aqui uma intervenção em que alertava para a existência de 20 incubadoras de empresas na região centro, hoje elas florescem por todo o lado, ainda recentemente a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo investiu cerca de 360.000 euros em obras de adaptação de um edifício para instalar um Ninho de Empresas, em Figueira de Castelo Rodrigo. Relativamente a Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal está à espera de quê para avançar com a criação da Incubadora de Empresas, para fazer por último o que todos já fizeram?”. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que os dois projectos aprovados “**LOGIC Pulse**” - com sede em Oliveira do Hospital e que possui alunos da ESTGOH como colaboradores, na situação de estagiários, se encontra em fase de desenvolvimento, e “**FAUNA POLIS**” – que possui já clientes em Oliveira do Hospital e utiliza os laboratórios da ESTGOH para o desenvolvimento da actividade, já manifestaram a intenção de se instalar em Oliveira do Hospital. Disse ainda que a curto prazo será efectuado o pagamento do valor remanescente do prémio aos vencedores, uma vez que não foi pago enquanto não foram cumpridas as exigências impostas pelo respectivo Concurso. Disse igualmente que está a ser preparada a reformulação das Normas deste Concurso, com base nas sugestões apresentadas pelos parceiros, que serão apresentadas na data de lançamento do Curso de Empreendedorismo promovido pela ESTGOH, o qual será participado pelo Município de Oliveira do Hospital.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo alertou que “houve propostas para a instalação no Pólo da Cordinha que foram rejeitadas. E hoje não há lá nem médias nem pequenas indústrias, não há lá nada, pelo que temos que pensar em como dinamizar aquele espaço”. -----

-----**2.3.5 – PÓLO INDUSTRIAL DA CORDINHA – PONTO DE SITUAÇÃO**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte:

-----“Ainda na área do desenvolvimento económico e no que diz respeito ao Pólo Industrial da Cordinha, existem oito lotes disponíveis, existem três lotes atribuídos, quatro lotes disponíveis para



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

venda e um lote comprometido. Eu questionava o Sr. Presidente da Câmara sobre o que é que vai ser feito em relação aos lotes já atribuídos. Que actividades de sensibilização a Câmara tem feito relativamente à ocupação e ao desenvolvimento dos projectos de investimento nos lotes já atribuídos. É que, a sensação que fica é que o Pólo Industrial da Cordinha acaba por ser o retrato da política de apoio empresarial no concelho, e na prática nada acontece, nada está instalado e ficamos assim eternamente à espera. Assim, como estamos à espera da ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Existem 50 lotes, 43 estão atribuídos, 7 estão por atribuir, mas relativamente à ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital para quando se prevê a ampliação e a criação de novos lotes. Aguardava então explicações destes vários temas.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que “a Câmara pode fazer tudo, menos empresários”, dando conta que não tem sido por falta de empenhamento que os empresários não se têm fixado no Pólo da Cordinha. Disse ainda que o Município tem utilizado todos os argumentos para que aquele Pólo possa cumprir as funções para que foi dimensionado. Sobre a ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital informou que está a decorrer o processo de alteração ao Plano de Pormenor daquela área, lembrando que o mesmo é muito burocrático e que se prolonga durante algum tempo.”-----

-----**2.3.6 – FICACOL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“É um evento com muita história no concelho de Oliveira do Hospital, marcava de alguma forma a agenda do concelho, não só a agenda de festas mas também a agenda em termos de promoção do concelho e divulgação das suas actividades produtivas e associativas. Chegou a fazer parte da agenda do IAPMEI – Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas. Hoje, em Oliveira do Hospital, temos espaços, temos o Mandanelho e temos o Novo Espaço da Feira, temos tecido empresarial e associativo, temos um movimento associativo forte, temos organizações empresariais como o NDEIB, e temos uma outra organização que é a ADI, ligada ao comércio. Temos interesse da população nesta iniciativa, creio que há dinheiro no Orçamento Municipal, para quando podemos estruturar ou projectar uma nova versão da FICACOL? Sinceramente, espero que não seja um projecto abortado, ou um projecto adiado. Desde 2001 que nada acontece em termos de FICACOL, eu creio que é um projecto de interesse municipal. Para 2009 deveremos avaliar e estruturar, ou seja levar por diante a realização da FICACOL, espero que em 2009 haja novidades relativamente a esta matéria.”-----

-----O Sr. Presidente referiu entender que a FICACOL “faz parte do passado” pelo que não iria pronunciar-se sobre o assunto, até porque, na sua opinião “temos muitas e boas iniciativas no concelho que poderão ser mais alargadas e valorizadas”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que fosse efectuado um levantamento, para informação do executivo, sobre quanto é que custaram ao Município as diversas iniciativas de animação cultural da cidade e do concelho promovidas pela Câmara Municipal, e verificar sobre o que é que é mais útil para a promoção e divulgação do concelho, não só na região como também no país, se fazer uma FICACOL, ou fazer essas iniciativas, ou seja, avaliar se vale mais fazer um grande evento que projectasse o concelho ou continuar a optar pela lógica de fazer pequenas iniciativas de cariz popular. Disse ainda entender que “uma vez que o Município de Oliveira do Hospital aderiu à Rede Território Artes, implementada pela Direcção Regional da Cultural, se deveria pressionar e negociar a extensão de Oliveira do Hospital de alguns eventos”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes deu conta que a Câmara Municipal, neste momento, já tem dois espectáculos de teatro agendados, no âmbito do Território Artes. -----

-----**2.3.7 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte:
-----“Sobre o abastecimento de água ao concelho a partir do contrato de concessão com a empresa Águas do Zêzere e Côa. Se bem me recordo a conduta da zona norte já está instalada, na cidade também foi instalada uma conduta, questiono o Sr. Presidente da Câmara sobre se todo o processo de abastecimento de água já está concluído, e para quando o início de fornecimento de água a partir das Águas do Zêzere e Côa. O Investimento está feito, a aplicação de dinheiros públicos, pelo menos nota-se que em termos de construção de condutas de água e de ETAR's, esse investimento público está a ser feito, questiono ainda sobre de quem está dependente o início do arranque de abastecimento de água a Oliveira do Hospital a partir das Águas do Zêzere e Côa e quando é que se iniciará esse processo de fornecimento de água.” -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que o processo em causa ainda não foi concluído por duas razões – a primeira, relacionada com o facto de ainda não estar solucionado o problema do abastecimento de água à freguesia de Lagares da Beira, e a segunda porque ainda não se chegou a um acordo relativamente ao valor das rendas que a empresa pretende pagar ao Município, por considerar que essa componente tem de ser devidamente negociada entre as partes, sendo esta a altura indicada para o fazer e não depois de o sistema se encontrar em funcionamento. -----

-----Face aos argumentos apresentados pelo Sr. Presidente e uma vez que o investimento está realizado, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou sobre “quanto tempo mais iremos ficar à espera para que se inicie o abastecimento de água ao concelho através da nova rede”, ao que aquele responsável disse crer que “não iremos ficar muito tempo à espera”. -----

-----**2.3.8 – LIMPEZA E DESINFECÇÃO DOS CONTENTORES DO LIXO EXISTENTES NO CONCELHO**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Gostaria de deixar aqui um alerta relativamente à limpeza e desinfeção dos contentores de lixo e resíduos sólidos e urbanos. Já várias vezes referi que a ADESA dispõe de um veículo lava contentores, que a Câmara Municipal financia, e que pode e deve ser aproveitado na limpeza e desinfeção dos contentores de lixo instalados no concelho. É uma questão de saúde pública, é uma questão de imagem do concelho e, nomeadamente numa fase em que é muito visitado, particularmente nesta época de Verão, acho que se deveria dar particular atenção a esta matéria, porque os contentores do lixo habitualmente, para além da deposição do lixo apresentam mau aspecto, mau cheiro, e nomeadamente há insectos em volta deles. Pedia a atenção do executivo para este tema.” -----

-----O Sr. Presidente deu conta que a limpeza e desinfeção dos contentores de resíduos sólidos urbanos colocados no concelho irá ser efectuada brevemente e que só não foi feita mais cedo por falta de disponibilidade dos funcionários da Câmara Municipal, que se encontram em período de gozo de férias, lembrando que ainda não foi há muitos meses que esse serviço foi realizado. -----

-----**2.3.9 – PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco congratulou-se pela realização de obras no Pavilhão Desportivo Municipal, nomeadamente no que diz respeito à substituição da sua cobertura em amianto, salientando que “o alerta foi feito em devido tempo, no início do presente mandato, mais vale tarde que nunca, e ainda bem que a obra avançou”. Mais referiu que “quando fiz a primeira intervenção, no início do mandato, referi que “faltava uma zona de treino para aquecimento dos atletas no pavilhão e que havia condições para que este fosse ampliado”, acho que essa questão deve ser analisada e fazer com que sejam melhoradas as condições de funcionamento e disponibilização daquele espaço às equipas que o utilizam.”-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que, à semelhança do que disse na anterior reunião, a cobertura do pavilhão não foi substituída por causa do amianto mas sim devido a questões térmicas e acústicas, insistindo que “a percentagem de amianto que contém o fibrocimento é mínima e não tem efeitos nocivos para a saúde”. -----

-----**2.3.10 – ROTEIRO TURISTICO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte:-----

-----“Vi na acta da última reunião que, parece que está concluído o Roteiro Turístico do Concelho de Oliveira do Hospital. Volvidos quatro anos, e no final do Verão, o Roteiro Turístico fica finalmente concluído. Tenho pena que tenha demorado quatro anos a ser concluído. Acho que quatro anos, foi tempo mais do que suficiente para ele ser feito atempadamente para que fosse distribuído, não no Verão, mas muito antes desta época, assim se justificava. Gostava de me congratular pela sua concretização, mas, não o posso fazer, porque um documento que tem algum trabalho de inventariação e tratamento de informação, por mais moroso que seja a sua elaboração, não se justificam pelo menos quatro anos para a sua concretização. Não se justifica, e muito menos se justifica que passe mais um Verão e que o Roteiro Turístico do Concelho apareça no final do mês de Agosto. Desejo apenas que lhe seja dada utilidade e que seja devidamente promovido nos canais próprios, publicamente, e bem assim nas mostras de divulgação turística, para que ele possa ter alguma eficácia, possa atrair turistas e que permitindo assim que estes e outros visitantes venham ao concelho e conheçam aprofundadamente a nossa oferta turística, para que possa cumprir a sua função. Solicitava, também, que me fosse disponibilizada uma cópia do documento para conhecimento do mesmo”.-----

-----O Sr. Presidente salientou que como lhe referiu um cidadão deste concelho há algum tempo atrás sobre a pavimentação de um acesso a uma localidade “tarde é aquilo que nunca chega”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo disse entender que “o tempo do Roteiro teve o seu tempo e na minha óptica esse tempo chegou ao fim”, sublinhando que “o senhor para me dar razão lança o Roteiro no final do Verão”, ao que o Sr. Presidente justificou o atraso com questões relacionadas com a impressão, sendo que a intenção da Câmara era, obviamente, editar o Roteiro antes do período de Verão.-----

2.4 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR PAULO ROCHA-----

-----**2.4.1 -NOTÍCIA - LICENCIAMENTO DE “PINGO DOCE” COM POSTO DE COMBUSTÍVEIS GERA POLÊMICA, PUBLICADA NA EDIÇÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2008 DO JORNAL CORREIO DA BEIRA E NA RESPECTIVA EDIÇÃO “ON-LINE” - ESCLARECIMENTO CONJUNTO APRESENTADO PELOS VEREADORES ELEITOS PELO PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

-----Pelos Srs. Vereadores eleitos pelo PSD – Partido Social Democrata foi presente o seguinte esclarecimento e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“Sob o título “Licenciamento de “Pingo Doce” com posto de combustíveis gera polémica”, foi publicada na última edição impressa de 5 de Agosto de 2008, do Jornal Correio da Beira Serra, bem como na sua edição “*on-line*”, uma notícia referente à decisão de emissão de um parecer sobre a localização de uma superfície comercial de média dimensão, solicitado à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital pelo Ministério da Economia e Inovação - Direcção Regional de Economia do Centro, analisado e aprovado em reunião ordinária do executivo de 29 de Julho, com base, segundo o autor da mesma, em informações prestadas por “uma fonte ligada ao executivo camarário” ou “a fonte do PS, que solicitou o anonimato”, em virtude de a referida reunião não ser pública.-----

-----Face ao teor da notícia publicada que inclui diversas citações/afirmações que não correspondem minimamente à verdade e que, propositadamente ou não, transmitem uma imagem absolutamente adulterada da posição assumida em sede de reunião de executivo pelos vereadores eleitos pelo PSD – Partido Social Democrata, entendem os mesmos, a bem da reposição da verdade, prestar os seguintes esclarecimentos:-----

-----1 – Os vereadores eleitos pelo PSD manifestaram, desde que se iniciou a análise do assunto em questão, uma posição claramente favorável quanto à emissão de parecer sobre a localização de uma superfície comercial de média dimensão (Pingo Doce) na Quinta da Comenda, na cidade de Oliveira do Hospital, em terrenos propriedade da Fundação Aurélio Amaro Diniz. -----

-----A notícia refere “os vereadores sociais-democratas optaram inicialmente por votar contra.” -

-----2 – A solicitação da presença do Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos, Eng.º Fernando Durães, apenas teve por base a necessidade de confirmação de que a responsabilidade de licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis na envolvente às vias municipais era da exclusiva competência da respectiva Câmara Municipal, pelo que o executivo não tinha que se pronunciar sobre essa questão no parecer solicitado pelo MEI - DREC, que tinha como único objectivo aferir da viabilidade de localização da superfície comercial. -----

-----A notícia refere “a questão demorou mais de uma hora a ser ultrapassada, até que após algumas interrupções e depois de um engenheiro da CMOH ter entrado na reunião para esclarecer algumas dúvidas, os três vereadores do PSD – Carlos Rocha, Fátima Antunes e Elsa Correia, inverteram o seu sentido de voto e acabaram por votar favoravelmente o parecer solicitado pela DRE.” -----

-----3 – Apesar de o licenciamento de obras particulares ser uma competência delegada, pelo executivo, no Sr. Presidente da Câmara Municipal, o mesmo sempre fez questão de dar conhecimento e ouvir o executivo sobre questões consideradas mais sensíveis como as operações de loteamento, o licenciamento de superfícies comerciais e/ou de postos de abastecimento de combustíveis. E assim sucedeu no caso do posto de abastecimento de combustíveis licenciado na Av. Dr. Carlos Campos, a pedido dos Irmãos Gonçalves, em que o executivo tomou conhecimento e foram discutidos aspectos relacionados com a sua localização e implicações na circulação.-----

-----A notícia refere “o processo de licenciamento do futuro posto de abastecimento de combustíveis de marca branca dos supermercados IG nunca foi discutido em reunião de Câmara por se tratar de uma decisão que está enquadrada nas competências atribuídas ao Presidente da Câmara”

-----4 – Os vereadores eleitos pelo PSD – Partido Social Democrata manifestaram reservas quanto à localização prevista para o posto de abastecimento de combustíveis, previsto numa das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

plantas de suporte à emissão do parecer sobre a superfície comercial, em virtude de o mesmo se situar numa zona sensível, próxima de estabelecimentos de educação, de um hospital, de um lar e junto a uma entrada da cidade em que, reconhecidamente, circula diariamente um elevado volume de tráfego, situação que é claramente agravada durante período de aulas. O assunto, presente em reunião de executivo foi a emissão de um parecer sobre a localização e não um pedido de licenciamento de obra que, como foi já referido, é da competência do Sr. Presidente da Câmara, logo quer a superfície comercial, quer o eventual posto de combustíveis, têm de ser licenciados pela autarquia. -----

-----A notícia refere: “Enquanto, e apesar da aprovação do parecer, os vereadores do PSD votaram de forma condicionada relativamente à instalação da bomba de gasolina junto ao Pingo Doce, defendendo que a FAAD terá que se sujeitar a uma nova burocracia, que consistirá na apresentação de um processo de licenciamento nos serviços técnicos da autarquia oliveirense.” -----

-----5 – Os vereadores eleitos pelo PSD reconhecem a mais valia pela instalação da superfície comercial e, eventualmente, do posto de abastecimento de combustíveis, não só para os consumidores, mas também para os cidadãos que venham a ser contratados para o desempenho de funções nesses espaços e para a própria Fundação Aurélio Amaro Diniz, pelas receitas que irá arrecadar mensalmente pelo arrendamento do terreno necessário para o efeito.-----

-----De facto, a FAAD é uma das mais prestigiadas instituições do concelho de Oliveira do Hospital que desempenha um relevante papel no domínio da saúde e da acção social, o que determina que todos os oliveirenses, sem excepção, estejam atentos e sejam sensíveis às dificuldades que assolam a instituição e às soluções que, legalmente, são equacionadas no sentido de permitir a sua continuidade e, por consequência, o desenvolvimento da actividade, pelo que os vereadores eleitos pelo PSD não podem aceitar que com o propósito subjacente de desviar as atenções de um sério problema financeiro vivido nos últimos tempos pela FAAD, tendo-se inclusivamente assistido recentemente a uma troca de argumentos entre essa instituição e a ARS de Centro sobre a responsabilidade nesse problema, alguém procure colocar em causa a nossa postura em relação a um assunto desta natureza.-----

-----Quanto à forma utilizada para o fazer, nada a estranhar, tem sido a habitual.” -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3 - ORDEM DO DIA -----

-----3.1 - CLUBE SEITA – SECCÃO BTT/ LAZER - PASSEIO BTT "FEIRA DO PORCO E DO ENCHIDO" - LICENCIAMENTO E PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

D.A.G.F. /Proc. 69/4

-----Requer autorização para a realização do Passeio de BTT “Feira do Porco e do Enchido”, que terá lugar no dia 8 de Novembro do corrente ano, bem como a isenção do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do referido evento nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 310/02, de 18 de Dezembro e no Regulamento do Licenciamento do Exercício de Actividades Sujeitas a Licenciamento Municipal. -----

-----Foi igualmente deliberado isentar o Clube Seita – Secção BTT/ Lazer do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3.2 - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES - XIX FEIRA NACIONAL DE ARTESANATO DE VILA NOVA DE POIARES - PUBLICIDADE - LICENCIAMENTO E PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS-----

D.A.G.F. /Proc. 47/9

-----Requer autorização para a afixação, na área do concelho de Oliveira do Hospital, de cartazes publicitários, com a dimensão de 110 cm de comprimento e 70 cm de largura, relativos à POIARTES 2008 – “XIX Feira Nacional de Artesanato”, a realizar nos dias 12, 13, 14 e 15 de Setembro do ano em curso. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Foi igualmente deliberado isentar o Município de Vila Nova de Poiares do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas. -----

3.3 - OBRAS PARTICULARES:-----

3.3.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS -----

D.S.T./DOC.2

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 19 e 29 de Agosto de 2008, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

3.4 - OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----3.4.1 - EMPREITADA DE "ADAPTAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE PENALVA DE ALVA PARA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA E BIBLIOTECA" - EXECUÇÃO DE TRABALHOS A MAIS-----

D.S.T./DOC(s).3 e 4

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e de acordo com a informação dos Serviços Técnicos, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, aprovar a execução de trabalhos a mais na empreitada acima identificada, no montante de 10.365,00 € (Dez mil, trezentos e sessenta e cinco euros), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor.-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente foi igualmente deliberado, por unanimidade e nos termos do disposto no nº 1 do artigo 116º do Decreto-lei nº 59/99 de 02 de Março, na sua actual redacção, aprovar a minuta, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao contrato adicional da empreitada em epígrafe. -----

-----3.4.2 - EMPREITADA DE "BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/FELGUEIRA VELHA" – 2ª REVISÃO DE PREÇOS -----

D.S.T./DOC.5

-----Presente Factura Nº 02023, emitida em 18 de Agosto de 2008, pela firma SOCONGO, Lda, na qualidade de Chefe do Consórcio Chupas & Morrão, S.A. e Socongo, Lda., documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, e de acordo com a informação prestada pelo Técnico



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Superior Assessor Principal do DST/ Divisão de Obras Públicas, aprovar a 2ª Revisão de Preços Provisória, no valor de 9.765,45 € (Nove mil, setecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos), incluindo IVA à taxa legal em vigor, referente à obra acima mencionada.-----

-----3.4.3 - EMPREITADA DE "REDE DE SANEAMENTO DA SOBREDA" - FIXAÇÃO DE PREÇOS DE RAMAIS-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fixar o valor a pagar pelos munícipes residentes na localidade da Sobreda, freguesia de Seixo da Beira, deste concelho, e identificados na relação, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, pela execução de ramais de saneamento domiciliários, em 170,00 € (Cento e setenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.----- --

3.5 – OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº. 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----3.5.1 – RATIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.7

-----Considerando que a Câmara Municipal deliberou, em reuniões de 2 de Setembro de 1997 e 3 de Junho de 2008, adquirir a Maria da Glória Lobo Vaz Pato uma parcela de terreno com a área de 400 m² onde se encontra instalada a fossa séptica de Vale D. Clara, em Nogueira do Cravo, deste concelho; considerando que ao proceder-se ao levantamento topográfico do terreno constatou-se que a área efectivamente ocupada e a zona de protecção necessária é de 797 m²; o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 21 de Agosto de 2008, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que determinou a aquisição da área efectivamente necessária, ou seja 797 m², pelo valor de 1.987,72 € (Mil novecentos e oitenta e sete euros e setenta e dois cêntimos). -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. ----- --

-----3.5.2 – LOTEAMENTO CAMARÁRIO DE ERVEDAL DA BEIRA – REVERSÃO DE LOTE-----

D.A.G.F./PROCº6

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o requerimento, datado de 20 de Agosto do ano em curso, apresentado pelo Sr. Ricardo Nelson Esteves Figueiras, a solicitar a resolução do contrato de compra e venda do lote nº 1 do Loteamento Camarário de Ervedal da Beira, exarado mediante escritura pública nº 1, datada de 7 de Março de 2008, alegando o facto do seu pai, viúvo e de 70 anos de idade, lhe ter proposto a aquisição de parte da sua habitação, pertencente ao seu irmão, e que de futuro pretendem partilhar, uma vez que o mesmo não tem rendimentos que lhe permitam ter uma vida auto-suficiente, e bem assim a restituição da totalidade do valor pago a título da referida aquisição. -----

-----Analisado o assunto, a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artº 25º, nº 1, do Regulamento daquele loteamento, e de acordo com a informação do Director do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Departamento de Administração Geral e Finanças, deliberou, por unanimidade, proceder à resolução amigável do contrato de compra e venda acima identificado, por considerar o motivo apresentado como “caso de força maior”, para a não construção da sua habitação no lote nº 1 do referido loteamento, e restituir ao requerente a totalidade do preço do lote, ou seja, a importância de 1.698,54 € (Mil seiscientos e noventa e oito euros e cinquenta e quatro centimos), seguindo-se posteriormente a celebração da necessária escritura de reversão. ----

-----3.5.3 – REUNIÃO DA AMPIN – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PINHAL INTERIOR NORTE -----

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião da AMPIN, que teve lugar ontem, dia 1 de Setembro, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma: -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES: -----

4.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

-----4.1.1 – ADEPTOLIVA – REUNIÃO DE DIRECÇÃO -----

D.A.G.F

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião de Direcção da ADEPTOLIVA, que teve lugar no edifício dos Paços do Município de Arganil, no passado dia 1 de Setembro do corrente ano, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

-----Ponto 1 – Análise da situação económico-financeira; -----

-----Ponto 2 – Situação pedagógica; -----

-----Ponto 3 – Outros assuntos;-----

-----Deu ainda conhecimento que a recepção aos novos alunos da EPTOLIVA será realizada no dia 12 de Setembro, e que o início das aulas se registará no dia 15 de Setembro. Disse igualmente que o Pólo de Tábua da EPTOLIVA irá acolher 6 ou 7 alunos de São Tomé e Príncipe. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.2 – VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES -----

4.2.1 – REUNIÃO DA DREC – DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO CENTRO-----

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião na DREC, que teve lugar no passado dia 28 de Agosto do corrente ano, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma, relacionados com a transferência de competências para os Municípios na área da Educação. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.2.2 – OFERTA DO LIVRO “JARDIM PRIVADO” , AUTORIA DE JUVENÁLIA DE JESUS MENDES MARQUES -----

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes distribuiu pelos Srs. Vereadores um exemplar do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

livro intitulado “Jardim Privado”, da autoria de Juvenália de Jesus Mendes Marques.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 2 de Setembro de 2008 -----

Presidente _____

Vereadores _____



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 2 DE
SETEMBRO DE 2008**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**